

FUNDAÇÃO PRÓ RIM - CNPJ 79.361.127/0001-96

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE				LÍQUIDO			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	2.362.706	1.248.135	CIRCULANTE			
Contas a Receber	05	5.285.335	6.744.694	Fornecedores	11	1.989.233	1.810.041
Estoques	06	2.274.377	1.522.794	Empréstimos e Financiamentos	12	1.654.702	1.597.301
Adiantamentos		392.630	305.315	Obrigações Sociais	13	2.665.342	2.593.696
Despesas do Exercício Seguinte		27.861	26.034	Obrigações Fiscais	14	312.283	311.613
Total do Ativo Circulante		10.342.909	9.846.972	Outras Obrigações		92.795	120.877
NÃO CIRCULANTE				Total do Passivo Circulante		6.714.355	6.433.528
Realizável a Longo Prazo				NÃO CIRCULANTE			
Contas a Receber	04	2.256.551	-	Fornecedores	11	208.779	-
Depósitos Judiciais		10.589	9.512	Empréstimos e Financiamentos	12	5.431.311	4.455.600
Total do Realizável a Longo Prazo		2.267.140	9.512	Provisão para Contingência	15	51.834	51.834
Investimentos				Total do Passivo Não Circulante		5.691.924	4.507.434
Participações em Fundos	07	84.270	83.412	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Propriedade para Investimentos	07.1	9.854.000	10.111.750	Fundo Patrimonial		16.358.114	15.922.488
Total dos Investimentos		9.938.270	10.195.162	Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.607.765	8.637.440
Imobilizado				Total do Patrimônio Líquido		24.965.879	24.559.928
Intangível	08	14.604.382	15.172.279	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		37.372.158	35.500.890
Total do Ativo Não Circulante		27.029.249	25.653.918				
TOTAL DO ATIVO		37.372.158	35.500.890				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Fundo Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superavit (Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2018	15.496.775	8.713.755	-	24.210.530
Superávit do Exercício			398.315	398.315
Resultado Abrangente Total				398.315
Realização do custo atribuído ao imobilizado		(76.315)	76.315	-
Ajuste Exercícios Anteriores			(48.917)	(48.917)
Incorporação ao Fundo Patrimonial	425.713		(425.713)	-
Em 31 de dezembro de 2019	15.922.488	8.637.440	-	24.559.928
Superávit do Exercício			405.951	405.951
Resultado Abrangente Total				405.951
Realização do custo atribuído ao imobilizado		(29.675)	29.675	-
Incorporação ao Fundo Patrimonial	435.626		(435.626)	-
Em 31 de dezembro de 2020	16.358.114	8.607.765	-	24.965.879

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
DESCRIÇÃO	2020	2019	
1 - RECEITAS	31.300.457	29.837.430	
1.1) Operacionais com finalidades e atividades meios	30.061.215	29.154.409	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - reversão / (constituição)	(208.513)	(29.978)	
1.3) Outras receitas operacionais	1.447.755	712.999	
2 - CUSTOS MATERIAIS/SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	24.544.303	22.587.224	
2.1) Materiais consumidos	10.981.275	9.590.260	
2.2) Custo dos serviços vendidos e de atividades meios	5.615.461	5.584.572	
2.3) Materiais, energia, água, comunicação e outros	1.558.650	1.485.916	
2.4) Serviços de terceiros	6.388.917	5.926.476	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	6.756.154	7.250.206	
3.1) Perdas c/ Recebimento de Serviços	281.113	236.275	
4 - RETENÇÕES	1.149.099	920.720	
4.1) Depreciação e amortização	1.149.099	920.720	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	5.607.055	6.329.486	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	22.397.261	22.691.874	
6.1) Receitas financeiras e patrimoniais	223.962	153.747	
6.2) Subvenções	-	927.455	
6.3) Doações recebidas	22.173.299	21.610.672	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	28.004.316	29.021.360	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
8.1) Pessoal e encargos	25.585.657	26.605.303	
8.2) Bolsas, Descontos Educacionais e Benefícios	1.244.405	1.254.539	
8.3) Impostos, taxas e contribuições	81.077	114.925	
8.4) Juros, demais despesas financeiras, aluguéis e patrimoniais	687.226	648.278	
8.9) Superávit / (déficit) do exercício	405.951	398.315	
9 - TOTAL VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO (igual ao item 7)	28.004.316	29.021.360	

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis".

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO MÉTODO INDIRETO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2020	2019	
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do Exercício	405.951	398.315	
Ajustado por:			
Depreciação e Amortização	1.149.099	920.720	
Valor justo de propriedade para investimento	257.750	(76.815)	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(48.917)	
Superávit do Exercício Ajustado	1.812.800	1.193.303	
Contas a Receber	(797.192)	(721.975)	
Estoques	(751.583)	(303.393)	
Adiantamentos	(87.315)	(69.411)	
Outros Créditos	(2.904)	(3.839)	
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(1.638.994)	(1.098.618)	
Fornecedores	387.971	(60.592)	
Obrigações Fiscais	670	12.232	
Obrigações Sociais	71.646	(70.371)	
Outras Obrigações	(28.082)	18.552	
Juros sobre Empréstimos Pagos	(586.113)	(560.089)	
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	(153.908)	(660.268)	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	19.898	(565.583)	
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Ativos Imobilizados	(540.349)	(3.123.704)	
Baixa de Ativos Imobilizados	16.655	2.039.378	
Aquisição de Ativos Intangíveis	-	(279.266)	
Aquisição de Investimento	(858)	(1.986.319)	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(524.552)	(3.349.911)	
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Contratação de Empréstimos	3.407.882	7.186.118	
Amortização de Empréstimos	(1.788.657)	(4.051.356)	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	1.619.225	3.134.762	
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.114.571	(780.732)	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.248.135	2.028.867	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	2.362.706	1.248.135	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)	
NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS	
A FUNDAÇÃO PRÓ RIM foi instituída em 22 de dezembro de 1987 e tem por objetivo prestar assistência a pessoas com deficiências renais e o desenvolvimento de atividades	

científicas, operando sem fins lucrativos e tendo como receita principal a prestação de serviço.

É uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, certificada como entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, com sede na cidade de Joinville (SC), à Rua Xavier Arp nº 15, no bairro Boa Vista.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Fundação em 26 de março de 2021.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBCTG 1000 - R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 - R1).

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes
No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos Financeiros

A Fundação classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa;
- (b) Instrumentos de dívida; e,
- (c) Investimentos em ações.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado. Os investimentos em ações são avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em poder da Fundação e depósitos bancários de livre movimentação.

3.5 Contas a Receber

As contas a receber correspondem aos valores referentes as prestações de serviços de saúde e serviços de educação provenientes no decurso normal das atividades da Fundação. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos), quando necessário.

3.6 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.7 Investimentos

Os investimentos em ações são avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

As propriedades para investimento formado por terrenos foram registradas pelo valor justo a partir de 01 de janeiro de 2011.

3.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a respectiva vida útil estimada.

A partir da data de transição as novas práticas contábeis a Fundação efetuou revisão e mudança de estimativa no

cálculo da depreciação de seus ativos imobilizados, sendo os efeitos registrados prospectivamente a partir da data dessa revisão.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.9 Intangível

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

3.10 Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido perdas ao valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão da perda na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.11 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.12 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar a instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.14 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.15 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Fundação se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Valor recuperável dos estoques, imobilizados e intangíveis; e,
- d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Fundação.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	5.934	2.552
Bancos Conta Movimento	24.771	48.193
Aplicação Financeira	2.332.001	1.197.390
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.362.706	1.248.135

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a Receber Serviços de Saúde	5.167.644	6.558.280
Contas a Receber Serviços de Saúde RLP	2.256.551	-
Contas a Receber Serviços de Educação	1.130.331	1.016.809
Provisão para Perdas	(1.012.640)	(830.395)
Contas a Receber	7.541.886	6.744.694

Aging List de Contas a Receber

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos	3.599.929	3.915.279
A vencer	4.954.597	3.659.810
Contas a Receber	8.554.526	7.575.089

Contas a Receber por Tipo de Moeda

	31/12/2020	31/12/2019
Reais	8.554.526	7.575.089
Contas a Receber de Clientes	8.554.526	7.575.089

NOTA 06 - ESTOQUES

	31/12/2020	31/12/2019
Materiais Clínicos Hospitalares	1.677.171	1.103.445
Material de Expediente	35.978	35.592
Material de Manutenção	320.086	193.780
Materiais de Higiene e Limpeza	54.758	34.361
Outros Materiais	186.384	155.618
Total dos Estoques	2.274.377	1.522.796

NOTA 07 - INVESTIMENTOS

	Vida Center Assessoria a Gestão Hospitalar	Outros Investimentos	Total
Em 31 de dezembro de 2018	7.150.444	80.584	7.231.028
Adições	1.983.491	2.828	1.986.319
Transferência	(9.133.935)	-	(9.133.935)
Em 31 de dezembro de 2019	0	83.412	83.412
Adições	-	858	858
Em 31 de dezembro de 2020	0	84.270	84.270

O valor registrado como investimento na empresa Vida Center Assessoria a Gestão Hospitalar, refere-se a um terreno matriculado sob n. 120.505 no 1º Registro de Imóveis de Joinville, que foi transferido do imobilizado da Fundação como investimento inicial nesta

empresa com percentual de 100%, que irá construir o novo hospital da Fundação. Em 2019 efetuou-se Adiantamento Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 1.983.491 (R\$ 20.236 em 2018). Em 2019 efetuou-se a transferência do terreno para a conta de Propriedades para Investimentos no valor de R\$ 9.133.935, por conta da liquidação de cotas da empresa Vida Center Assessoria a Gestão Hospitalar.

07.1 Propriedades para Investimentos

	Terrenos	Total
Saldo Final em 31.12.2018	901.000	901.000
Transferência	9.133.935	9.133.935
Ajustes ao Valor Justo	76.815	76.815
Saldo Final em 31.12.2019	10.111.750	10.111.750
Ajustes ao Valor Justo (perdas)	(281.750)	(281.750)
Ajustes ao Valor Justo (ganhos)	24.000	24.000
Saldo Final em 31.12.2020	9.854.000	9.854.000

NOTA 08 - IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Informática	Livros	Benfeitorias em Bens Locados	Bens em Andamento	Total
Vida Útil em Anos		50	20 a 25	12	10	5	15	10		
Em 31 de dezembro de 2018										
Custo	3.423.105	2.931.112	8.515.644	2.639.756	474.166	1.348.582	27.865	407.807	2.601.882	22.369.918
Depreciação Acumulada	-	(1.019.649)	(3.259.844)	(1.310.812)	(280.990)	(1.084.782)	(10.042)	(400.392)	-	(7.366.509)
Valor contábil líquido	3.423.105	1.911.463	5.255.800	1.328.944	193.176	263.800	17.823	7.415	2.601.882	15.003.408
Adições	-	-	835.300	182.319	39.261	76.393	3.957	1.986.474	-	3.123.704
Baixas	-	-	(206.482)	(18.887)	(138.500)	(10.065)	-	-	(1.986.474)	(2.360.408)
Depreciação	-	(55.608)	(341.658)	(169.908)	(26.942)	(117.746)	(2.062)	(201.531)	-	(915.455)
Baixas da Depreciação	-	-	157.565	15.709	138.500	9.256	-	-	-	321.030
Saldo Final	3.423.105	1.855.856	5.700.525	1.338.176	205.495	221.638	19.718	1.792.358	615.408	15.172.279
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo	3.423.105	2.931.112	9.144.462	2.803.188	374.927	1.414.910	31.822	2.394.281	615.408	23.133.214
Depreciação Acumulada	-	(1.075.257)	(3.443.937)	(1.465.011)	(169.432)	(1.193.272)	(12.104)	(601.923)	-	(7.960.934)
Valor contábil líquido	3.423.105	1.855.855	5.700.525	1.338.177	205.495	221.638	19.718	1.792.358	615.408	15.172.279
Adições	-	-	406.757	107.507	-	26.084	-	-	-	540.348
Baixas	-	-	(207.410)	(15.794)	-	(12.516)	-	-	-	(235.720)
Depreciação	-	(62.578)	(500.016)	(181.185)	(33.638)	(110.969)	(1.952)	(201.253)	-	(1.091.591)
Baixas da Depreciação	-	-	200.143	6.791	-	12.131	-	-	-	219.065
Saldo Final	3.423.105	1.793.277	5.599.999	1.255.496	171.857	136.368	17.766	1.591.105	615.408	14.604.381
Em 31 de dezembro de 2020										
Custo	3.423.105	2.931.112	9.343.809	2.894.901	374.927	1.428.478	31.822	2.394.281	615.408	23.437.842
Depreciação Acumulada	-	(1.137.835)	(3.743.810)	(1.639.405)	(203.070)	(1.292.110)	(14.056)	(803.176)	-	(8.833.460)
Valor contábil líquido	3.423.105	1.793.277	5.599.999	1.255.496	171.857	136.368	17.766	1.591.105	615.408	14.604.382

O valor de R\$ 1.091.591 (R\$ 915.455 em 2019) referente à depreciação foi lançado ao resultado na rubrica de "Custos Operacionais".

NOTA 09 - INTANGÍVEL

	Software	Total
Vida Útil em Anos	5	
Em 31 de Dezembro de 2018		
Custo	352.461	352.461
Amortização Acumulada	(349.497)	(349.497)
Valor contábil líquido	2.964	2.964
Adições	279.266	279.266
Amortização	(5.265)	(5.265)
Em 31 de Dezembro de 2019		
Custo	631.727	631.727
Amortização Acumulada	(354.762)	(354.762)
Valor contábil líquido	276.965	276.965
Amortização	(57.508)	(57.508)
Em 31 de Dezembro de 2020		
Custo	631.727	631.727
Amortização Acumulada	(412.270)	(412.270)
Valor contábil líquido	219.457	219.457

O valor de R\$ 57.508 (R\$ 5.265 em 2019) referente à amortização foi lançado ao resultado na rubrica de "Custos Operacionais".

NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Fundação realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por desvalorização. Estes testes são realizados de acordo com a seção 27 do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Fundação verificou que não existem evidências internas ou externas que os ativos possam ter sofrido perdas por desvalorização.

NOTA 11 - FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores Mercado Interno	1.989.233	1.810.041
Parcela Circulante	1.989.233	1.810.041
Parcela Não Circulante	208.779	-
Total a Pagar a Fornecedores	2.198.012	1.810.041

Aging List Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos	8.178	29.539
A vencer até 30 dias	1.277.045	1.121.253
A vencer de 31 a 60 dias	474.635	483.997
A vencer de 61 a 90 dias	111.876	94.358
A vencer de 91 a 180 dias	324.768	73.709
A vencer de 181 a 360 dias	1.510	7.185
Contas a Pagar a Fornecedores	2.198.012	1.810.041

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Modalidade	Taxa Média	Garantia
Capital de Giro	12,68% e 9,06% a.a.	Aval
	1.654.702	1.597.301
Total do Circulante	1.654.702	1.597.301
Não Circulante		
Modalidade	Taxa Média	Garantia
Capital de Giro	12,68% e 9,06% a.a.	Aval
	5.431.312	4.455.600
Total do Não Circulante	5.431.312	4.455.600
Total de Empréstimos e Financiamentos	7.086.014	6.052.901

Por Data de Vencimento

	31/12/2020	31/12/2019
Em até 6 meses	713.213	772.098
De 6 meses a 1 ano	941.489	825.203
De 1 a 2 anos	1.507.751	899.366
De 2 a 3 anos	1.697.125	1.102.941
De 3 a 4 anos	1.850.847	1.225.874
De 4 a 5 anos	375.589	1.227.419
Total de Empréstimos e Financiamentos	7.086.014	6.052.901
Por Tipo de Moeda		
Reais - R\$	7.086.014	6.052.901
Total de Empréstimos e Financiamentos	7.086.014	6.052.901

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2020	2019
Salários e Ordenados	3.949	2.205
INSS	122.240	122.923
FGTS	204.039	201.794
Provisão Férias	2.335.114	2.266.774
Total de Obrigações Sociais	2.665.342	2.593.696

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2020	2019
ISS Retido	7.449	6.593
IRRF Pessoa Física	274.434	276.380
IRRF Pessoa Jurídica	3.918	3.647
Outros Impostos Retidos	26.482	24.993
Total de Obrigações Fiscais	312.283	311.613

NOTA 15 – CONTINGÊNCIAS

A Entidade mantém provisões para contingências cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" de R\$ 51.834 para as ações cíveis (R\$ 51.834 em 2019) pelos assessores jurídicos. A administração prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

Adicionalmente às provisões registradas, em 31/12/2020, não existem outros passivos contingentes cujo o risco de perda tenham sido avaliados como possível perda. O valor mencionado no ano de 2019 (R\$ 160.000) foi liquidado em agosto de 2020 pelo montante de R\$ 4.546.

NOTA 16 - CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS

A Fundação Pró Rim é uma entidade certificada pelo Ministério da Saúde como entidade beneficente, sendo que todos os recursos financeiros por ela gerados são reinvestidos em benefício da sua atividade principal.

A PORTARIA Nº 829, DE 09 DE JULHO DE 2019, publicada no Diário Oficial de União, em 15 de julho de 2019, na página 137, diário nº. 134, concedeu a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Fundação Pró Rim, para o período de 5 de fevereiro de 2017 a 4 de fevereiro de 2020.

O artigo 24 da Lei 12.101/2009, que regula a certificação das entidades beneficentes, em seus parágrafos § 1º. e 2º. em síntese dispõe que o pedido de renovação deve ser feito no decorrer dos 360 dias que antecedem sua validade, estendendo sua validade até sua apreciação.

Considerando que a Entidade realizou seu pedido de renovação em 10/12/19, seu pedido é tempestivo e seu certificado está válido até decisão do respectivo pedido nos termos da legislação em vigor de acordo com declaração do Ministério da Saúde processo nº 25000.204549/2019-11.

Em 10/12/2020 foi realizada uma consulta acerca do requerimento de Renovação de Certificação Entidade e até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi

concluído, conforme a certidão de tempestividade do MS de nº14107046.

NOTA 17 - ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, portanto, usufrui da Isenção das Contribuições Sociais de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº8.212/91, sendo que no Exercício de 2020 foi de R\$ 5.821.746 (R\$ 5.989.407 em 2019) conforme percentuais e valores abaixo demonstrados:

RUBRICA	VALOR (R\$)	
	2020	2019
20% sobre folha de salários, autônomos e contribuintes individuais	4.377.670	4.506.242
RAT/SAT	174.552	176.355
Terceiros (5,8% - Saúde)	1.269.524	1.306.810
TOTAL	5.821.746	5.989.407

NOTA 18 - ATIVIDADES BENEFICENTES NA SAÚDE E GRATUIDADES NA EDUCAÇÃO

Por ser uma Entidade mista na forma do artigo 10 do Decreto Federal nº 8.242/2014, com atuação preponderante na área da Saúde, a Fundação comprova sua condição de Certificada da seguinte forma:

i. Saúde.

A Entidade opta em seu requerimento de renovação do CEBAS a condição de atendimento ao SUS no percentual mínimo de 60% e apresenta a documentação exigida pelo Inciso I, do artigo 4º da Portaria GM/MS nº 834/2016. Atua somente com atendimentos ambulatoriais conforme previsto no Artigo 21 da aludida Portaria.

A Fundação atinge 99,88 de atendimentos ao Sistema Único de Saúde - SUS.

ANO/EXERCÍCIO: 2020

TIPOS DE ATENDIMENTOS (Descrição dos serviços prestados)	Número de atendimentos no ano			
	Produção SUS	Produção NÃO SUS	TOTAL	% SUS
Atendimentos Ambulatoriais	252.119	302	252.421	99,88%
Percentual SUS: conforme Inciso I, Art. 4º e Art. 21 da Portaria GM/MS nº 834/2016.				99,88%

ii. Educação.

No que tange a atuação na Educação, a Fundação atende os critérios do artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, apresentando a seguinte situação:

DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS CONCEDIDAS

EDUCAÇÃO BÁSICA	2020
Número de alunos matriculados	609
Bolsas integrais Lei nº 12.101/2009	96
Bolsas parciais 50% Lei nº 12.101/2009	48
Benefícios Complementares (Programa de apoio)	0

NOTA 19 - RECEITA DE SERVIÇOS

	31/12/2020				31/12/2019			
	ADM. CENTRAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO	TOTAL	ADM. CENTRAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO	TOTAL
Serviços de Saúde - SUS		25.094.951		25.094.951		23.660.698		23.660.698
Serviços de Saúde - Convênios e Particulares		91.886		91.886		103.802		103.802
Subvenções Federal						927.454		927.454
Serviços de Pesquisas		171.480		171.480		147.252		147.252
Serviços de Educação - Cursos Técnicos			4.470.216	4.470.216			4.643.597	4.643.597
Serviços de Educação - não Formal			216.144	216.144			599.060	599.060
Receita de Doações	22.072.834	99.465	1.000	22.173.299	21.601.645	422	8.605	21.610.672
Receita Produtos Sociais	16.538			16.538				
Outras Receitas/ (Despesas)	969.951	384.888	316.878	1.671.717		557.725	309.021	866.746
(-) Comissões sobre Contribuições	(1.883.356)			(1.883.356)		(1.766.366)		(1.766.366)
(-) Devoluções	(190.443)		(18.071)	(208.513)		(7.378)	(22.600)	(29.978)
(-) Descontos Incondicionais Ensino			(488.671)	(488.671)			(544.390)	(544.390)
(-) Gratuidades - Bolsas de Estudo			(755.734)	(755.734)			(710.147)	(710.147)
Receitas Operacionais (incluídas as receitas financeiras)	20.985.524	25.842.671	3.741.763	50.569.957	21.313.080	23.912.174	4.283.146	49.508.400
Financeiras (NOTA 21)				(223.962)				(153.747)
Conciliação com DRE				50.345.995				49.354.653

NOTA 20 – CUSTOS OPERACIONAIS

	2020	2019		2020	2019
Custo do Material Direto	10.981.275	9.590.260	Serviços Profissionais	1.713.121	1.406.769
Custo com Pessoal - Operacional Saúde	9.466.788	9.694.149	Água e Esgoto	534.685	511.191
Custo com Pessoal - Operacional Ensino	1.868.764	2.333.255	Combustíveis	109.104	114.591
Custo com Pessoal - Operacional Pesquisa	135.439	112.007	Energia Elétrica	709.479	771.276
Custo com Pessoal - Call Center	4.042.929	4.197.152	Depreciação	1.149.099	920.720
Manutenção	1.902.325	1.757.821	Aluguéis / IPTU	2.298.252	2.437.735
			Outros Custos Operacionais	110.703	148.505
			Total Custos Operacionais	35.021.963	33.995.431

NOTA 21 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Financeiras		
Juros Pagos	(1.078)	(869)
Descontos Concedidos	(29.007)	(19)
Multas	(296)	(785)
Juros sobre Financiamentos	(586.113)	(560.089)
Outras Despesas Financeiras	(18.583)	(12.912)
Despesa Bancária	(52.149)	(73.604)
Total de Despesas	(687.226)	(648.278)
Receitas Financeiras		
Descontos Obtidos	171.267	73.291
Juros Recebidos	26.973	28.095
Juros de Aplicações Financeiras	24.864	49.516
Outras Receitas Financeiras	858	2.845
Total de Receitas	223.962	153.747
Resultado Financeiro	(463.264)	(494.531)

NOTA 22 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31/12/2020	31/12/2019
Salários	18.564.450	19.207.286
Encargos Sociais	1.883.264	1.880.227
Férias e 13o.Salário	3.968.436	4.060.660
Outros Benefícios	1.169.507	1.457.130
Total	25.585.657	26.605.303

Número de Empregados 525 570

NOTA 23 - COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Cobertura	VIGÊNCIA	
		Início	Vencimento
Compreensivo empresarial	2.280.000	06/05/2020	06/05/2021
Compreensivo empresarial	10.550.000	15/05/2020	15/05/2021
Veículo	100% da Tabela FIPE	17/02/2020	17/02/2021
Responsabilidade Civil	6.000.000	30/11/2020	30/11/2021
Total	18.830.000		

A administração da Fundação considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações.

NOTA 24 - IMPACTOS DA COVID 19

A respeito da COVID-19, a Fundação vem acompanhando a evolução da pandemia no Brasil e no mundo, orientando os colaboradores, terceiros, fornecedores e pacientes, para que adotem procedimentos preventivos quanto ao distanciamento social, seja interno ou externo, viagens e reuniões, bem como, os efeitos no nosso mercado interno e externo. Ao final do exercício de 2020, os reflexos na operação da Fundação, apesar do aumento dos custos, vêm sendo sentidos de forma mais branda em relação ao início da pandemia. O cenário atual mostra uma demanda crescente por nossos serviços, o que reflete num maior otimismo para o exercício de 2021, apesar do sub financiamento pelo SUS dos procedimentos de Terapia Renal Substitutiva.

Apesar de haver efetiva preocupação sobre os possíveis efeitos que possam vir a ocorrer em nossas operações, na medida do possível e antecipadamente, a Administração vem ajustando a operação para uma realidade que contemple um cenário atualizado, para que tais efeitos não afetem significativamente a liquidez da Entidade. Recursos adicionais foram recebidos através de doações e subsídios federais. Assim, até o momento, não há risco eminente que possa vir a afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da Fundação.

Não ocorreram eventos significativos, desde a data de encerramento das Demonstrações Financeiras de 2020, que pudessem afetar significativamente as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

A Fundação utilizou-se do mecanismo de banco de horas, antecipação de férias, suspensão de contrato de trabalho e redução de salário e jornada, visando minimizar os efeitos econômicos da operação. Através de seus canais de comunicações, orientou todos os funcionários em relação aos cuidados relacionados a evitar a proliferação da contaminação da Covid-19, seja na empresa ou em suas respectivas residências, abaixo algumas das ações:

- Higienização completa de ambientes;
- Distribuição de Álcool em gel;
- Restrição de acesso a suas unidades, com implantação de triagem;
- Distribuição de máscaras de proteção para todos os funcionários;
- Campanhas de conscientização de distanciamento social, uso de máscaras e cuidados de prevenção;
- Home office, visando diminuir concentração de funcionários nas áreas administrativas; e,
- Reuniões através de videoconferências.

Assim, com essas ações de prevenção, visamos conter a proliferação do vírus no ambiente de trabalho e domiciliar dos nossos funcionários.

As Principais ações da Fundação a partir de 01/04/2020:

- Concessão de férias aos trabalhadores das áreas produtivas e administrativas;
- Folgas utilizando de Banco de Horas para compensação futura com feriados não religiosos;
- Prorrogação de prazo de vencimento dos títulos junto aos fornecedores;
- Utilização de linhas de longo prazo para captar financiamentos e empréstimos junto às instituições financeiras;
- Redução de custos de toda ordem;
- Trabalho de Home Office para parte do quadro de trabalhadores;
- Renegociação de contratos de serviços, alugueis e fornecimento de materiais em melhores condições;
- Suspensão de contrato de trabalho para parte do quadro de trabalhadores, a partir de 04/05/2020; e,
- Redução de jornada e salários para parte do quadro de trabalhadores, a partir de 04/05/2020.

Outras Informações Importantes:

- Até 31/12/20, não tivemos nenhum cliente que entrou em recuperação judicial. Também até o presente momento não temos indicações ou notícias de novas recuperações judiciais que possam nos afetar ou que indique inadimplência futura, com apenas pequena redução de receita educacional por evasão de alunos;
- Houve aumento excessivo nos insumos hospitalares em decorrência da pandemia do COVID-19, alta do dólar, fim da isenção do ICMS para insumos no Estado de São Paulo e ausência do reajuste da Tabela do SUS que estão sendo gerenciados com revisão de processos pela administração da Fundação; e,
- Nossos funcionários que estavam com contratos suspensos, retornaram aos seus postos de trabalho gradativamente, assim como os que estavam com redução de jornada de trabalho.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

<p>Aos Diretores e Mantenedores da FUNDAÇÃO PRÓ RIM Joinville - SC</p> <p>Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Pró Rim ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Pró Rim em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1).</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais</p>	<p>emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Outros assuntos</p> <p>Demonstrações do Valor Adicionado</p> <p>As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade é apresentada como informação suplementar, e foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1). Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2019</p> <p>As demonstrações financeiras da Fundação Pró Rim do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme</p>	<p>relatório dos auditores independentes sem modificação em 30 de março de 2020.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras</p> <p>A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se</p>
--	---	--

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências

de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 26 de março de 2021.

ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 0018.835/O-7-T-SP

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Pró Rim reuniu-se no dia 04 de maio de 2021, às 07h30min, no edifício onde funciona o Instituto de Educação da Fundação, na Rua Doutor João Colin, nº 151, Centro em Joinville - Santa Catarina, com a finalidade de analisar as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020. Tendo constatada a veracidade e exatidão em todos os documentos comprobatórios, e que estão de conformidade com as normas jurídicas e contábeis, são de parecer favorável, portanto aprovando a prestação de contas, de acordo com o que estabelece o art. 25 do Estatuto Social da Fundação Pró Rim.

Joinville, 04 de maio de 2021.

Alberto José de Matos Neto
Céres Fabiana Felski da Silva
Sandro Luiz Schmidt

Presidente
Marcos Alexandre Vieira
CPF 929.622.620-15

Contadora
Aristela dos Reis
CRC/SC 036.504/O-2

Cod. Mat.: 738616